

Lenha na Fogueira

O custo de vida da classe média subiu 22,7% durante o mês de setembro em São Paulo, segundo cálculos da Ordem dos Economistas, mas apurações preliminares do IBGE, feitas no Rio, apontaram para uma alta de 27% em outubro. Por outras palavras, haveria um recrudescimento da inflação.

Não é preciso recorrer à teoria econômica para entender o que se está passando neste país, e por que a inflação não cede ao tratamento. Nas duas primeiras semanas deste mês, por exemplo, a chamada "base monetária" cresceu cerca de 270 bilhões de cruzados. Mais dinheiro em circulação, em um ambiente onde a moeda perde a credibilidade, apesar da indexação, significa mais corrida para a compra de bens que possam preservar seu valor real. Em termos simples, mais inflação provocada pelo aumento artificial da procura.

Para controlar ou tentar controlar os efeitos da expansão monetária, o Banco Central pratica uma estratégia cujos resultados são óbvios nos países de economias mais estáveis, porém duvidosos quando a inflação chega a níveis muito altos, batendo nos limites além dos quais a própria indexação da economia deixa de funcionar, e deve ser abandonada. Exatamente isso é o que aconteceu na semana passada, quando a Diretoria da Dívida Pública tentou colocar mais títulos do governo em circulação, a taxas de juros de 50% no open-market. Feitas as contas, os operadores verificaram que isso sinalizava expectativas de inflação mensal de 31%, e juros reais (descontada a inflação) de 60% ao ano.

Há questões adjetivas e substantivas neste caso. As taxas de juros, quando violentamente manipuladas pelo Banco Central, podem permitir ganhos a pessoas que operem com informações privilegiadas, ou apenas aos rentistas. Os efeitos de uma alta de taxas são instantâneos para as ações, onde os vencimentos de opções podem permitir o exercício pelos "comprados", ou beneficiar os "vendidos", quando esses papéis "viram pó". Em qualquer mercado financeiro do mundo existe especulação. Infelizmente, taxas muito altas de inflação terminam inibindo os investimentos produtivos a longo prazo, e beneficiando em escala desproporcional os que realizam ganhos "nas margens", entre picos e vales das cotações de papéis, ou no mercado futuro de taxas de juros e outras aplicações especulativas.

A defesa da autonomia do Banco Central nada deve a uma política monetária desatrelada de uma política econômica global, que leve em conta fatores fiscais — como um Orçamento austero — e o consenso político em torno da necessidade de conter a inflação. É exatamente neste ponto que a situação brasileira se complica.

Infelizmente, ainda sofremos as conseqüências da janta indigesta das teorias dos economistas cepalinos, que desde a década de 60 plantaram neste país preconceitos contra o comércio exterior, com a tola idéia de que gerar superávits nas trocas com o resto do mundo leva sempre à inflação. Bastaria olhar para os países que produzem altos superávits, e para suas invejáveis taxas de crescimento do Produto Interno Bruto, sem qualquer traço de inflação, para desautorizar essas teses.

O que provoca inflação é a falta de investimentos e de dinamismo no comércio exterior, nas duas mãos: da exportação e da importação. Estagnamos na importação porque o Brasil ficou cartorial, prote-

cionista e inseguro quanto à viabilidade de investimentos a longo prazo, perplexo com um quadro político instável. Enquanto os partidos não produzirem plataformas coerentes, e não dirigirem seus compromissos para o longo prazo, o ambiente para o investimento produtivo, interno e externo, será desfavorável.

É uma lástima que os partidos, e os governadores em particular, continuem dissociados da responsabilidade para montar o tripé sem o qual nenhuma política econômica funciona. Não basta política monetária: é preciso política fiscal e consenso sobre os limites de reivindicação dos Estados, das empresas públicas e dos Municípios.

O que se assistiu na semana passada foi uma tentativa organizada de desmonte do Orçamento da União, mandado ao Congresso pelo Governo Federal. Alguns governadores escolheram como cavalo de batalha o endividamento externo.

Vejam-se porém os números: a dívida líquida total do setor público no Brasil é de cerca de 163 bilhões de dólares, dos quais 102 bilhões correspondem à dívida externa. Estados e Municípios têm uma dívida interna de cerca de 15,5 bilhões de dólares, e uma dívida externa de 5,3 bilhões de dólares (considerando-se dados do Banco Central até o início do segundo trimestre deste ano).

Ao colocar toda a ênfase em torno da dívida externa, alguns governadores de estados ricos puxaram o problema para o nível ideológico, e omitiram o fato de que não estavam pagando nada ao Governo Federal. Por outras palavras, vinham caloteando a União, que repassa a conta para os brasileiros e brasileiras de várias formas: emissões de papel-moeda, impostos, empréstimos internos a juros cada vez mais altos.

A dívida interna total em poder do público cresceu de 35,6 bilhões de dólares em janeiro deste ano para 45,4 bilhões de dólares até agosto. Gastos excessivos em todos os níveis produziram esses resultados. Evidentemente esse processo tem um limite, chame-se a ele "taxa de juros" ou simples recusa das instituições a aceitarem repassar papéis para as mesas de open.

O Brasil não sairá da crise em que se encontra enquanto os partidos políticos, e o maior deles em particular, o PMDB, não se afastarem de propostas populistas tentando desesperadamente ganhar eleições. Com uma inflação de 30% ao mês começa-se a lembrar com certa facilidade do ambiente que predominou no Brasil em 1965, quando um condomínio de governadores inflacionários contribuiu para a consolidação de um regime que levaria a vinte anos de autoritarismo.

As maiores resistências, na época, ao controle orçamentário partiram do Governador Adhemar de Barros, em cujas campanhas chegou-se a inscrever o lema "rouba mas faz", em total descompromisso com um mínimo de moralidade e racionalidade no trato da coisa pública.

A inflação brasileira não será controlada se não houver um consenso dos partidos capaz de alargar a base de entendimento entre patrões e empregados, entre capital e trabalho. É dever do ambiente político brasileiro parar de jogar lenha na fogueira, pulando por cima do fisiologismo e jogando um jogo mais limpo, que não catapulte a frágil democracia para vinte anos atrás.